

CCR Alto São Francisco se reúne em fevereiro

No dia 25 de fevereiro será realizada, em Belo Horizonte (MG), a primeira reunião de 2016 da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco (CCR Alto), da qual faz parte o membro da ABES-MG e também coordenador, Márcio Pedrosa. Nesse encontro os membros da Câmara pretendem realizar o planejamento das ações para o ano 2016 e discutir a atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, que está a cargo da empresa Nemus Consultoria, financiado com recursos da cobrança pelo uso das águas do Velho Chico. De acordo com o vice-presidente do CBHSF, Wagner Soares, esta primeira reunião da CCR servirá para alinhar as ideias com relação às atividades a serem realizadas e, para avaliar todos os diagnósticos levantados ao longo do processo de atualização do Plano de Bacia do São Francisco.

Feam lança Inventário de Áreas Impactadas pela Mineração

A Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) disponibilizou, no dia 6 de janeiro de 2016, o 3º Inventário de Áreas Impactadas pela Mineração em Minas Gerais. O estudo traz informações sobre áreas regularizadas através de Autorização Ambiental de Funcionamento, consideradas de impacto ambiental não significativo. No total, são 1266 empreendimentos, sendo 923 em funcionamento, 228 ainda não instalados, ou em processo de implantação, 110 com atividades paralisadas e cinco encerradas. Desses, 26% estão localizados no Sul do Estado e outros 17% na região Leste. Os dados levam em conta o ano de 2014 e trazem informações prestadas pelos empreendedores a respeito das atividades desenvolvidas, como a origem da água usada no empreendimento, funcionamento, metodologia da extração e controle de poluição, dentre outras. O instrumento é importante para que a Feam conheça os controles ambientais oferecidos pelas empresas e os impactos causados pelas atividades. Além de possibilitar a implementação de políticas de gestão ambiental e embasar a construção de estratégias e diretrizes que favoreçam o uso sustentável dessas áreas.



Sem o novo prazo, 70% dos municípios brasileiros deixariam de receber recursos.

Entrega dos PMSB é prorrogada para 2017

Foi prorrogado o prazo para que os municípios que ainda não possuem Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) façam a regularização. De acordo com o Decreto 8.629/15, de 31/12/2015, o novo prazo será 31 de dezembro de 2017. A medida evita que os municípios deixem de receber recursos federais para esta área. A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), uma das entidades que propôs o primeiro adiamento, atrelado a um cronograma de cumprimento de etapas dos planos, manifestou-se contra o novo adiamento, enfatizando a urgência do governo federal, estados e municípios, se comprometerem a abrir um diálogo efetivo para realinhar as perspectivas, tanto dos casos de ausência de planos como dos que precisam de revisão. Para o Ministério das Cidades, a medida evita a descontinuidade dos investimentos no setor, o que prejudicaria os municípios mais carentes e populações de áreas periféricas e assentamentos precários, onde estão os maiores passivos em saneamento. Leia mais: www.abes-mg.org.br

PBH revisa plano contra poluição na Pampulha

A ideia de diminuir a quantidade de poluição que chega à Lagoa da Pampulha pelos oito córregos afluentes da represa, usando plantas para segurar a matéria orgânica, foi descartada pela Prefeitura de Belo Horizonte. A tecnologia, batizada de jardins filtrantes pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), não será mais implantada. A prefeitura confia nos compromissos firmados pela Copasa de alcançar, em junho e dezembro, uma cobertura de 90% e 95%, respectivamente, do esgoto canalizado na área de drenagem da bacia da lagoa, que abrange a capital e Contagem. Atualmente, 88% do esgoto que chega ao cartão-postal, que concorre ao título de patrimônio mundial da humanidade, já é coletado e tratado. Outro fator que levou a administração municipal a desistir da ideia, anunciada pelo prefeito Márcio Lacerda, em fevereiro de 2015, foi a contratação dos serviços de recuperação química da qualidade da água da represa, com previsão de início em fevereiro de 2016 e investimento público de R\$ 30 milhões. Saiba mais sobre as intervenções: www.abes-mg.org.br